



Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica

Edson Trajano Vieira¹
Moacir José dos Santos²

Resumo

A história econômica contemporânea apresenta clara rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada exclusivamente por dimensões da economia. O objetivo deste ensaio é promover uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento econômico. Pretende-se apresentar o debate teórico entre os economistas e os historiadores acerca do desenvolvimento, apontando as diferenças entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico que perpassam os respectivos posicionamentos. O confronto entre as distintas perspectivas exploradas no presente ensaio revela que a política de desenvolvimento regional deve ser repensada e em direção à elaboração de categorias conceituais que superem as limitações da análise puramente econômica.

Palavras-chave: história econômica regional, desenvolvimento econômico

Recebimento: 12/10/2011 • Aceite: 26/4/2012

¹ Professor Doutor em História Econômica (USP), docente pesquisador do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional e do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. End: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Taubaté, SP, Brasil E-mail: etrajanov@gmail.com

² Professor Doutor em História (UNESP), docente pesquisador do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional e do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. End.: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: santos.mj@ig.com.br

Regional economic development – a theoretical and historical review

Abstract

The contemporary economic history presents a clear rejection of the idea that the social and the cultural life are directly and linearly determined by the dimensions of the economy. The purpose of this essay is to promote a conceptual discussion of economic development. They try to present the theoretical debate between economists and historians about development, pointing out the differences among the concepts of economic growth and development that underlie their positions. The confrontation between different perspectives explored in this paper shows that regional development policy must be rethought and toward the development of conceptual categories that overcome the limitations of purely economic analyses.

Keywords: regional economic history, economic development

Introdução

O tema do desenvolvimento econômico regional no Brasil não constitui objeto de pesquisa

para os historiadores ou mesmo de uma análise histórica empreendida por pesquisadores interessados em historicizar sua avaliação. A investigação do desenvolvimento econômico regional no Brasil é realizada a partir de modelos econômicos e suas inter-relações com variáveis como sustentabilidade e crescimento econômico. Estudar o desenvolvimento econômico regional mediante uma análise histórica constitui um desafio significativo e também uma necessidade quanto a melhor compreensão dos fatores não econômicos que o afetam, em razão da premência de avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento sobre a estruturação das diferenças regionais presentes no território brasileiro. Espera-se que este ensaio possa contribuir para o debate sobre como incorporar aos modelos econômicos a análise histórica sobre o tema do desenvolvimento econômico regional. O objetivo do ensaio é demonstrar como os conceitos pertinentes à pesquisa histórica tem potencial para favorecer a ampliação da compreensão do desenvolvimento econômico regional.

A incorporação dos conceitos e métodos de pesquisas relativos à pesquisa histórica implica na admissão de que aspectos não econômicos contribuem para o desenvolvimento econômico regional, particularmente as práticas culturais regionais e locais. A consolidação de traços culturais específicos pode impactar sobre as atividades econômicas regionais. Porém, a relação entre as atividades econômicas pertinentes ao desenvolvimento econômico regional e as características culturais presentes na população que ocupa cada região não é mecânica ou determinista. Nas últimas décadas, a historiografia assistiu ao crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada por dimensões relativas à economia e a vida material. O conceito desenvolvimento econômico regional decorre da ênfase dada às dinâmicas locais, cuja avaliação sob a perspectiva histórica é estratégica para a compreensão dos fatores a ele relacionados. A cultura regional é definida por questões institucionais e sociais, e os fatores que podem ser considerados essenciais para a melhora da qualidade de vida em uma determinada região, podem não ter impacto semelhante em outra.

O alcance do objetivo deste ensaio resulta da elaboração de uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento econômico regional abordado pelas principais correntes do pensamento econômico e as contestações dos historiadores a respeito das teorias em que se

baseiam em modelos econométricos. A apresentação do debate teórico entre economistas e historiadores acerca do desenvolvimento busca apontar as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico regional levando em consideração o tempo e o espaço. Sua realização permitiu demonstrar como a incorporação dos fatores não econômicos potencializa a compreensão do desenvolvimento econômico regional.

Conceito de desenvolvimento econômico

Os termos desenvolvimento econômico e crescimento econômico são utilizados com muita frequência nos estudos acadêmicos em várias áreas do conhecimento como a economia, a história e a geografia. Também são comuns na mídia e na política, principalmente nos discursos de candidatos a cargos eletivos. Porém, tanto no âmbito acadêmico quanto externo a atividade de pesquisa há confusão em relação ao uso dos conceitos desenvolvimento econômico, crescimento econômico e desenvolvimento social.

No Dicionário de Economia, crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado mediante a evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto - PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda com a mensuração do crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Já desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas (SANDRONI, 1994).

No debate sobre as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, Erber (2011) aponta que o primeiro consiste em mais do mesmo, e o segundo, implica em transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais. Esta configuração favorece a distribuição de poder econômico e social, constituindo uma nova economia política. Desta maneira, o desenvolvimento econômico passa por uma mudança na distribuição do poder político; conseqüentemente, associa produção de recursos com sua distribuição em função da força política dos atores sociais.

O desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade de

classifica-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade. Essa relação entre progresso econômico e desenvolvimento é abordada por Jaguaribe:

O desenvolvimento, como ideia, se distingue e de certo modo se opõe à ideia ilustrada de progresso. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de virtualização preexistente no processo histórico-social. Essas virtualizações são os modos de exercício da racionalidade. O processo do desenvolvimento, em termos reais, é o processo histórico-social mesmo enquanto se encaminha para a sua crescente racionalização (JAGUARIBE, 1962. p. 19).

A quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas a melhor distribuição dos recursos possibilita a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida. Vaz (2005) define isso como produtividade social, importante quanto à quantidade e qualidade da produção de bens e serviços feita por uma determinada comunidade num certo período. Além disso, determina como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como são distribuídos entre elas. É isso que caracteriza o desenvolvimento.

Conceitos como a melhoria no padrão de vida e alterações na estrutura econômica são mais subjetivos, o que dificulta a sua quantificação. Para os economistas neoclássicos, como Meade e Solow, com uma formação mais matemática em relação às demais áreas das ciências humanas, como a história, os aspectos quantitativos são priorizados em relação aos não quantitativos, quando tratam da relação entre modelos de crescimento e desenvolvimento econômico adotado nas políticas de desenvolvimento (Souza, 1993).

Na economia, os recursos econômicos são limitados, enquanto as necessidades são ilimitadas; com isso, a felicidade resulta do modo de encarar a vida e suas limitações. A disponibilidade de recursos materiais e financeiros propicia ao homem maior controle sobre o meio em que vive, possibilitando-lhe maior liberdade de escolha. Como escreve Lewis:

Não podemos conceituar o desenvolvimento econômico somente a partir da riqueza ou da maior disponibilidade de bens e serviços. Se o desenvolvimento é a busca por atendimento das necessidades humanas, se o homem feliz é aquele que tem suas necessidades atendidas, então podemos concluir que a riqueza aumenta a felicidade (LEWIS, 1960, p. 540).

Em um mundo com intensas relações econômicas globais, é difícil quantificar o desenvolvimento, principalmente no aspecto regional. É necessário incluir outras variáveis não econômicas para definir e quantificar o desenvolvimento, que pode ser reclassificado em quatro categorias: as realizações, a cultura de valores, a dimensão relacional e as motivações intrínsecas (CARDOSO & RIBEIRO, 2002).

Para Amartya Sen (1999), desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses. Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

O desafio dos cientistas sociais preocupados com a distribuição mais equitativa dos recursos é quantificar o desenvolvimento econômico. Para defini-lo os cientistas sociais por vezes utilizam o termo desenvolvimento socioeconômico, particularmente para diferenciá-lo do crescimento econômico. Entretanto, o próprio desenvolvimento social é de difícil quantificação. Para Vilar (1972), há uma aproximação entre a ciência econômica e a história; entretanto, os métodos e objetivos relativos à construção dos campos de investigação

relativos a cada disciplina são específicos. O economista é mais descritivo, quantitativo, enquanto o historiador é mais teórico com a observação e a interpretação das conjunturas de longa duração e alcance espacial.

Para explicar melhor o conceito de desenvolvimento, pode ser usado o termo produtividade social, que pode ser definida, não apenas como a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços, em uma determinada comunidade num certo período, mas também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como eles são distribuídos no grupo. Por exemplo, a produção de bens de luxo para as famílias deve ser questionada quanto ao benefício que propicia para o conjunto da população, pois a locação de fatores de produção escassos para a realização desses bens poderia ser aplicada na elaboração de outros bens e serviços essenciais para muitas outras pessoas (VIEIRA, 2009).

A teoria econômica e o desenvolvimento

Ao longo da história do capitalismo contemporâneo, intelectuais de várias áreas têm discutido o conceito de desenvolvimento econômico. Entre os economistas não há uma definição universalmente aceita do conceito de desenvolvimento, mas, para a maioria deles, trata-se da relação direta entre desenvolvimento e produção. Entre os historiadores, a preocupação maior são os aspectos estruturais, inclusive, com a discussão de modelos alternativos ao capitalismo. De modo geral, a discussão contemporânea, além de considerar produtividade econômica, aborda a questão da produtividade social, que está mais diretamente ligada à questão do desenvolvimento econômico (VIEIRA, 2009).

O ponto comum nesse debate teórico entre os economistas é a forte associação, e até uma confusão, entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico. Com o uso de modelos matemáticos, quantificam o aumento da renda per capita, na maioria das vezes associada à industrialização, como única variável de política econômica desenvolvimentista. Entretanto, o peso maior ou menor das variáveis quantitativas difere conforme cada corrente de pensamento econômico. Para os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo o desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao processo de crescimento, com ênfase na produção, resultado da organização produtiva (SOUZA, 1993).

Adam Smith em seu livro “A Riqueza das Nações”, publicado em 1776, comenta que a riqueza de uma nação constitui-se a partir do

trabalho produtivo, com aumento dos investimentos em capitais produtivos, a especialização da mão-de-obra e a divisão do trabalho. O interesse coletivo é resultado das ações individuais privadas, e os indivíduos buscam atender ao seu interesse próprio, e, ao fazerem isso de forma indireta, acabam por atender aos interesses da coletividade (mão invisível do mercado). Por esse motivo, destaca-se a importância da liberdade econômica para a busca do bem-estar social e para o desenvolvimento de uma nação. O bem-estar social do hedonismo /ou utilitarismo, defendido por Smith, afirma que os indivíduos buscam o máximo de satisfação com o mínimo de esforço; quando cada indivíduo assim procede, o resultado em função das leis de mercado é o máximo bem-estar coletivo.

A principal obra de David Ricardo “Princípios de Economia Política e Tributação”, publicada em 1817, tem como preocupação central o crescimento econômico, e não o desenvolvimento. Ricardo defende a concentração de renda em favor dos capitalistas urbanos industriais, por serem responsáveis pela acumulação que determina o crescimento econômico, gerando mais emprego e desenvolvimento. Na teoria da renda da terra, o autor faz uma crítica às elites agrárias que se apropriam da renda e do aluguel das terras, reduzindo os investimentos produtivos e o crescimento da economia. Para David Ricardo, a elite agrária deve pagar uma carga tributária maior por ser improdutiva e, mesmo assim, utilizar a renda e o aluguel produzidos pela terra. Portanto, observa-se uma preocupação central com o crescimento da economia, e não necessariamente no processo de desenvolvimento da economia (SOUZA, 1993).

O termo desenvolvimento econômico é encontrado também na teoria marxista. Marx não se limitou a estudar e entender a realidade histórica, mas criou seu próprio método de trabalho: o materialismo histórico e dialético. O materialismo, resultado de múltiplas determinações, não se limita ao determinismo econômico. O determinante é a própria história, fruto das ações humanas reais. O processo histórico é entendido como o conflito no tempo e no espaço entre unidades contraditórias em contínua transformação, expresso por Marx nos conceitos modo de produção e luta de classes.

Marx viveu e construiu sua teoria em um momento em que a Inglaterra experimentava transformações pertinentes as consequências da industrialização. A crítica de Marx à lógica capitalista é decorrente do crescimento da produção, motivada pela maximização dos lucros sem a extensão dos ganhos pertinentes à

ampliação da produtividade para o conjunto da sociedade. A lógica capitalista prioriza a maximização dos lucros (VIEIRA, 2009).

O capital propicia a produção da mais-valia por meio da exploração do trabalho. Por sua vez a ampliação da mais-valia favorece a multiplicação do capital e a própria perenidade da expansão do capital e do capitalismo. Deste modo, o capitalista apropria-se da renda que o trabalhador produz. A mais valia produz um novo capital; com isso, há uma acumulação contínua dos meios de produção em mãos dos capitalistas, o que vem a criar um círculo permanente do qual não se pode sair por conta da acumulação anterior (acumulação primitiva). O fato dos meios de produção pertencer aos capitalistas implica em uma continuidade cada vez mais severa do processo de concentração econômica. A acumulação primitiva de riqueza criou uma classe de trabalhadores que apenas possuía uma mercadoria para vender: sua força de trabalho. O que os trabalhadores produziam era controlado pelos capitalistas por conta do domínio do capital sobre um número cada vez maior de assalariados. Para os capitalistas, os salários pagos aos trabalhadores nada mais eram do que outras despesas no processo de produção, como matéria-prima e as máquinas utilizadas no processo de produção que, contabilizados, determinavam o lucro do capitalista. O trabalhador vendia a sua mercadoria conforme o interesse do comprador. Com isso, há uma degradação total da classe operária, transformando-a em uma mercadoria alienada do processo de produção, e possibilitando cada vez mais a concentração crescente de capital e da miséria do trabalhador.

Na lógica capitalista, todos os métodos de aumento da produtividade social do trabalho são empregados à custa dos trabalhadores; todos os meios de produção se transformam em meios de dominação e de exploração dos produtores; mutilam o trabalhador, transformando-o num fragmento de homem, degradando-o ao nível de apêndice de uma máquina, destruído todo o encantamento que resta de seu trabalho, transformam sua vida em uma vida de trabalho e arrastam sua esposa e seus filhos para o domínio do capital idolatrado. Todos os métodos de produção de mais valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação da riqueza e da miséria (MARX, 1986, p. 180).

Avaliação de Marx descreve o impacto das alterações das estruturas econômicas, principalmente quanto ao desenvolvimento econômico, que ocorre de forma cíclica e acompanhada de conflitos contraditórios e distributivos. O crescimento tecnológico altera períodos de crescimento econômico, enquanto as contradições inerentes às consequências das inovações provocam crises constantes, ampliando o conflito entre os capitalistas e os trabalhadores. Essa contradição da expansão capitalista é resultado da ampliação dos meios de produção com a redução do poder de compra da classe trabalhadora.

Apesar de não constituir o objetivo deste artigo o estudo aprofundado da teoria marxista, observa-se que, para Marx, o capitalismo, com a revolução industrial, promoveu o crescimento da produção que, por sua vez, foi acompanhada por forte concentração funcional da renda, não contribuindo para a melhoria na qualidade de vida para a maior parte das pessoas, os trabalhadores quando o critério é a quantidade de riqueza produzida no estágio de produção econômica capitalista.

Ainda no campo da economia, é necessário destacar a contribuição de Lewis (1960), que considera importante o crescimento econômico para se alcançar o desenvolvimento, pois permite maior liberdade de escolha de como melhor aproveitar o tempo. Graças ao crescimento, segundo Lewis, é possível escolher entre ter mais tempo para o lazer ou mais bens e serviços. Por exemplo, nas comunidades mais pobres, 60% ou 70% dos indivíduos precisam trabalhar na agricultura para que não falte alimento, ao passo que, nos países ricos, 12% a 15% são suficientes para atender a um padrão muito melhor. Ainda, as nações mais ricas dispõem de profissionais de saúde, educação, cultura, o que é um luxo nos países mais pobres. O crescimento econômico é um aliado do desenvolvimento. Entretanto, para o autor, o excessivo materialismo e o individualismo podem resultar no aumento da desigualdade das possibilidades de escolha entre os indivíduos; no entanto, essa desigualdade pode ser coibida com ações institucionais de interesse da coletividade.

Na América Latina, o pensamento econômico e a discussão do desenvolvimento adquiriram força a partir da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo central o debate sobre o desenvolvimento econômico da região, com uma crítica direta à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Nas avaliações derivadas da teoria das vantagens comparativas de Ricardo a América

Latina deveria produzir para o mercado externo matérias-primas e produtos agrícolas com baixa incorporação de tecnologia. O resultado disso, segundo a Cepal, foi à estruturação da relação de troca desigual dos países do subcontinente com as nações desenvolvidas, com a venda de produtos cada vez mais baratos e a compra de produtos industrializados com elevado valor agregado devido a maior incorporação tecnológica. Conforme a argumentação de Prebisch, como não há transferência de tecnologia nessa relação de comércio externo, ao longo da história há um processo contínuo de transferência de excedente dos países pobres para os países ricos, aumentando a distância entre ambos. A industrialização seria a única forma de desenvolvimento para a superação da contradição entre o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Para Prebisch (1957), a industrialização da América Latina seria feita por meio do processo de substituição de importações. Segundo o autor, para a realização da industrialização seria fundamental a expansão do incentivo à entrada de capital externo sob a forma de empréstimos estatais para a infraestrutura básica. Além disso, a adoção de uma política protecionista, com a elevação das tarifas de importação, restringiria a entrada de produtos externos, criando assim uma reserva de mercado para os produtos nacionais. O crescimento econômico dos países periféricos dependeria das cotações dos produtos agrícolas (dependência comercial), das importações de máquinas e equipamentos (dependência tecnológica) e do volume das importações para obtenção de saldo na balança comercial (dependência financeira). Todos esses fatores dependem dos países desenvolvidos. O subdesenvolvimento dos países periféricos derivava de fatores externos e internos. Em relação ao externo, destacava-se a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais, em função das relações de trocas desiguais. Em relação aos fatores internos, a concentração fundiária era o grande problema, pois reduzia o mercado interno e mantinha o baixo desenvolvimento tecnológico.

Em suma, Prebisch e seus seguidores esperavam que as transformações da estrutura agrária promovida pelos governos latino-americanos estimulasse a inovação tecnológica no uso da terra e o aumento da produtividade na produção, ampliando o mercado para os produtos industrializados, com uma preocupação central na produção industrial, que produziria efeitos multiplicadores para a economia como um todo, acompanhado pela melhoria socioeconômica. A industrialização não constituía apenas uma meta correspondente à

reestruturação das economias latino-americanas, mas um projeto de desenvolvimento social.

No Brasil, o pensamento cepalino esteve presente na discussão da industrialização via substituição de importações, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo recebendo críticas, tanto da direita formada pelas oligarquias agroexportadoras que defendiam a especialização agrícola e o incentivo ao comércio externo, quanto dos analistas de esquerda, que defendiam um planejamento estatal, a tese da substituição de importações era a predominante. O debate entre as principais correntes de pensamento econômico brasileiro em relação às políticas desenvolvimentistas do país está diretamente associado ao processo de industrialização e à participação do Estado na economia. A preocupação maior está na estratégia de crescimento econômico e nas relações com o setor externo e a política de desenvolvimento; a melhora na qualidade de vida fica em segundo plano. Deste modo, o desenvolvimento social preconizado no pensamento cepalino correspondia à expansão industrial e produção de empregos urbanos associados à renovação fabril da economia. Inferia-se que a industrialização provocaria, automaticamente, a elevação da qualidade de vida da população brasileira.

Para Simonsen (1973), o desenvolvimento econômico somente seria alcançado com uma participação mais efetiva do Estado na atividade econômica. Simonsen defendia o protecionismo econômico, a existência de crédito barato e a substituição de importações. O autor era um economista da linha do desenvolvimentismo do setor privado que representava a política dita de “desenvolvimento econômico”, defendida pelo setor empresarial nacional e associado a um planejamento global feito pelo Estado. Para essa linha de pensamento econômica, a intervenção deveria ocorrer em áreas com atuação ineficiente do setor privado como eletrificação, siderurgia, petróleo e material bélico. Simonsen defendia a substituição de importações por meio de elevadas tarifas de importação dos bens que poderiam ser produzidos no mercado interno.

A corrente liberal, que tem como destaques Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões, na década de 1960, priorizava a estabilização da economia, o aumento da produtividade, o estímulo às exportações, a liberdade para o capital estrangeiro e o Estado mínimo como alternativas para o crescimento econômico. A linha teórica dessa corrente de pensamento econômico faz a defesa do liberalismo econômico, com as modificações decorrentes das mudanças em relação à participação do estado na economia, após a depressão da década de

1930 (BIELSCHOWSKY, 1988). Para os economistas liberais, entre eles Gudin (1969), a escassez de poupança interna e o baixo estímulo à entrada de capitais externos provocava o aumento nas taxas de juros internas, reduzindo os investimentos e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Além disso, a adoção do protecionismo econômico provocava o encarecimento dos preços no mercado interno. Gudin defendia a participação do Estado na economia como agente responsável para facilitar e estimular a atividade econômica, principalmente em momentos de crise, sem, contudo fabricar, plantar ou comercializar, pois a iniciativa privada realizaria essas atividades com mais competência. A preocupação dos liberais concentrava-se no crescimento econômico e, para isso, o Estado deveria controlar as grandes variáveis macroeconômicas, cabendo ao mercado resolver os problemas distributivos.

Defensor da corrente nacionalista, mais ligado ao setor público, destaca-se a figura de Celso Furtado. Seguindo a linha cepalina, defende a ampla participação do Estado na atividade econômica. A participação das empresas estatais, em especial no setor de infraestrutura, é de fundamental importância para a industrialização do país, e deve ser acompanhada de políticas sociais de distribuição de renda e reforma agrária. As inovações tecnológicas, inclusive agrícolas, são essenciais para o crescimento econômico, e deveriam ser orientadas pelo Estado, objetivando romper com os laços da antiga oligarquia rural.

Para Furtado (1961), o desenvolvimento não é uma simples etapa histórica pela qual todos os países deverão passar, mas o resultado das relações de trocas iniciadas na revolução industrial, que resultou numa periferia subdesenvolvida e dependente. A estrutura de produção arcaica e de baixa produtividade necessita de um grande volume de recursos para a sua modernização e competitividade, e a poupança é um limitador dos investimentos e do crescimento econômico. Entretanto, haveria necessidade de capital externo que, diferentemente das correntes liberais, deveria ser via empréstimos governamentais, e não por entrada direta de capital estrangeiro privado. A participação do Estado na economia defendida por Furtado tinha como objetivo melhorar a distribuição regional e setorial dos investimentos, promover melhor distribuição da renda, no sentido de ampliar o mercado consumidor interno, controlar a entrada de capital estrangeiro no país, reduzindo a dependência financeira externa, e oferecer mais autonomia na execução das políticas públicas. Defendia, portanto, a atuação estatal diretamente no setor produtivo da economia.

Para Furtado (1967), o aumento do fluxo de renda por unidade de trabalho utilizada é o melhor indicador de desenvolvimento, tal como os clássicos. Esse fluxo resultaria tanto em modificações nas técnicas de produção, como no aumento da dotação de capital por pessoa. O conceito de desenvolvimento pode ser igualmente utilizado com referência a qualquer conjunto econômico em que a composição da procura traduza preferências individuais e coletivas baseadas em um sistema de valores e em uma complexidade estrutural que sofram ações sociais e institucionais. De forma mais sintetizada, o desenvolvimento está ligado ao aumento da produtividade (renda per capita) determinado pelo crescimento econômico com modificações estruturais. Essas modificações são transformações nas relações e proporções internas do sistema de produção que têm como causa básica a mudança na forma de produção associada a modificações na distribuição e utilização da renda. O aumento da produtividade do trabalho só é possível com melhor utilização dos recursos, o que implica acumulação de capital, inovação tecnológica e realocação dos recursos que acompanham o aumento do fluxo de renda condicionado pela composição da procura, que é a expressão de valores da sociedade.

A quantificação do índice de expressão de valores e, conseqüentemente, do desenvolvimento, é resultado do fluxo de renda. Esse fluxo compreende todos os pagamentos realizados ou imputados aos fatores de produção durante um determinado período, e sua expansão é resultado do aumento da produtividade média em função das inovações e da acumulação de capital. O desenvolvimento está condicionado às ações conjuntas de transformações nas formas de produção e nas forças que condicionam o perfil da procura, que é definida em função da renda. A dificuldade é identificar as demandas e uma escala de valores universais para todas as sociedades, pois não é possível encontrar uma base universal que permita comparar dois conjuntos de bens materiais universais sem introduzir elementos subjetivos específicos de cada cultura. Por isso, o desenvolvimento, como aspiração universal pode ser definido somente de forma vaga, subjetiva; porém, isso não pode ser um obstáculo ao seu estudo em uma determinada coletividade, da qual se conheçam os elementos institucionais que condicionam a produção e a distribuição de renda.

De uma forma geral, Furtado condiciona o processo de desenvolvimento econômico ao aumento da produção e da produtividade acompanhado pela melhora da distribuição da renda, que é importante para aumentar a demanda. Ainda para o mesmo

autor, o índice de desenvolvimento é subjetivo, pois depende de valores culturais específicos de cada sociedade, mas, de um modo geral, está condicionado à oferta de bens materiais e à demanda por esses bens. Na obra de Furtado há uma forte semelhança entre o conceito de crescimento e o desenvolvimento econômico.

A exposição das diferentes conceituações que os economistas elaboraram acerca do desenvolvimento econômico permite confrontar as divergências e elaborar uma definição de critérios mínimos para delimitar suas características em razão dos objetivos supracitados. Entende-se o desenvolvimento econômico como um processo dinâmico por meio do qual a quantidade de bens e serviços produzidos por uma coletividade em unidade de tempo determinada tende a crescer mais rapidamente que ela. O desenvolvimento ocorre de forma quantitativa e qualitativa. Representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra. Nem todas essas modificações estão na área econômica; no entanto, isso não pode e não deve ser utilizado como justificativa para um enfoque puramente sociológico do problema, pois toda sociedade, independentemente de como se distribui o poder político, diante da expansão de suas necessidades está presa às limitações das técnicas de produção e à disponibilidade de recursos. Não existe nenhuma forma de organização social que consiga reprimir a expansão das necessidades da coletividade, e não há forma mágica capaz de superar as limitações tecnológicas e os recursos escassos. A elaboração de soluções econômicas para os desafios da vida material cujo impacto resulte na distribuição mais adequada dos recursos produzidos implica na efetivação do desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento econômico e a questão regional

A atividade econômica refere-se ao abastecimento de bens e serviços necessários para satisfazer às necessidades humanas, tanto individuais quanto coletivas. Por isso, o crescimento econômico de uma indústria, país ou região aumenta a oferta de tais bens e serviços. As dificuldades inerentes à mensuração do crescimento partem da disponibilidade de dados empíricos, e as diferenças nas condicionantes sociais e institucionais de cada região dificultam comparações (KUZNETS, 1959). Não há uniformidade no padrão de consumo e produção, por isso requisitos prévios para toda a comparação são o tempo e o espaço.

Há grande dificuldade na conceituação da região, pois, além dos espaços físicos, ambientais, culturais, econômicos e políticos, para se identificar uma região é preciso conhecer sua história. Isso porque a região é um espaço dinâmico, em constante transformação. O determinismo geográfico na caracterização de uma região foi continuamente substituído em âmbito acadêmico, nas últimas décadas, por definições de região como resultantes das ações antrópicas, como as relações sociais, políticas e econômicas (CUNHA, SIMÕES & PAULA, 2005).

O estudo do espaço está presente nos mais diversos ramos do conhecimento científico e apresenta características próprias em cada um deles. Há, por exemplo, dois extremos do estudo do espaço: os matemáticos, que constituem conjuntos de relações definidas por coordenadas abstratas, e os geógrafos, com uma concepção concreta de espaço definido por clima e relevo. Entre eles há uma gama de conceitos que podem compreender os estudos do espaço. Um das alternativas de delimitação regional é realizar uma conceituação a partir dos aspectos naturais. Mesmo assim, há dificuldades significativas, pois uma região natural é formada por aspectos físicos do solo, da vegetação e do clima, e cada especialista realizará uma delimitação espacial em função destas características. A primeira divisão regional geográfica brasileira, realizada em 1941, procurou conciliar a divergência acima explicitada admitindo três tipos de região: elementar, geográfica e integral. A primeira, a partir de elementos físicos, usando apenas um fenômeno que pode ser geológico, morfológico e hidrográfico, climático ou botânico; a segunda, as áreas sobre as quais se sobrepunham várias regiões elementares; e, a terceira, formada pelo conjunto de regiões complexas, envolvendo também as questões humanas e ambientais.

Pensar o espaço regionalizado em uma perspectiva histórica significa discutir os seus usos e a partir de contribuições, não somente da História, mas também das várias ciências sociais, com destaque para a Geografia e a Economia. Cada região tem uma dimensão técnica, econômica e cultural, além de ser um espaço político, natural e geográfico. Ao mesmo tempo em que cada região é uma paisagem natural, é também um espaço social, econômico, político e cultural. Não é pertinente elaborar uma análise da região de forma anacrônica, desrespeitando as mudanças ocorridas ao longo do tempo. O espaço e o tempo são as duas principais dimensões materiais da vida humana e estão interligados na natureza e na sociedade. Contemporaneamente, a percepção do espaço é do tempo é modificada com o impacto da

tecnologia da informação e por novas formas de processos sociais. Particularmente com a popularização da comunicação digital que reduz as dificuldades de superação das barreiras do tempo e do espaço. As pessoas vivem, residem e trabalham em lugares específicos, porém suas atribuições e vivências são experimentadas em lugares múltiplos, mediante as possibilidades constituídas com as redes de informações.

A região pode ser pensada como uma produção cultural que introduz, a um só tempo, a questão da diversidade social e cultural, da dinâmica histórica e da mutabilidade das experiências concretas, e da necessidade de se ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural, na dimensão do espaço vivido. Isso explica as relações entre história e região, entre história e espaço, entre tempo e espaço (CUNHA, SIMÕES & PAULA, 2005). Como um caminho para não se abandonar essa dualidade tempo/espaço, é necessário evitar o anacronismo, pensar o espaço passado, ainda que animado por problemas presentes.

A região é uma produção cultural, é uma criação histórica e, neste sentido, é o espaço irreduzível da liberdade e da criatividade com base num estoque de recursos dados pela natureza: aqui a pedra e a montanha, lá o mar e a floresta, mais além os desertos, as imensidões (CUNHA, SIMÕES & PAULA, 2005, p. 6).

Para Markusen (1981), há duas definições comuns de região que estão implícitas na maioria dos trabalhos que a tomam como referência para a produção de conhecimento: a região como uma unidade econômica (por exemplo, Brasil, Inglaterra) ou a região como sinônimo de classe econômica (por exemplo, colonização interna, área de domínio). Entretanto, nem todos que moram em um país exploram todos os que moram em outros. Assim como a classe capitalista, que pode explorar a classe trabalhadora em qualquer lugar do mundo, não necessariamente em uma determinada localidade. A região é uma construção territorial, não sociológica. O que ocorre são relações sociais em um determinado espaço. Uma alternativa é usar o termo regionalismo como uma forma de subordinar o espacial ao social, entretanto isso não significa região. Regionalismo é a reivindicação de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado, que é a arena de luta. A partir da ação antrópica no espaço, o homem constrói seu espaço geográfico e econômico, modelando-o conforme seus interesses e necessidades.

Os espaços econômicos são abstratos, constituídos por relações de natureza econômica, com a produção, distribuição e consumo que têm origem nas atividades humanas que atuam sobre um espaço geográfico. Desta maneira, é possível afirmar que sobre uma mesma região podem ser sobrepostos diversos espaços, pois o espaço econômico pode não coincidir com o espaço cultural, por exemplo. A complexidade da ocupação da região e dos grupos que nela interagem exige um olhar atento aos processos que sobrepõem os espaços na mesma região. Portanto, o desenvolvimento econômico regional exige dos pesquisadores atenção à definição do espaço econômico pertinente a região e cuidado para evitar a elaboração de avaliações pautadas na falsa correspondência entre espaços de natureza diversa na mesma região.

Neste sentido, a contribuição de Perroux (1975) é fundamental. O autor estabelece três conceitos básicos de espaço econômico. O primeiro deles, o espaço de planejamento, que é o conteúdo de plano, é o território abrangido pelo plano de uma empresa ou de um órgão público, por exemplo, uma prefeitura faz um plano para atender às necessidades da população que pertence ao seu município. O segundo é o espaço polarizado, caracterizado pela relação de interdependência econômica de uma região e outra, no aspecto econômico, formado por espaços heterogêneos e pelo processo de subordinação de uma área em relação à outra. O terceiro é o espaço homogêneo, onde a determinação da região é definida pelas questões de geografia física, por exemplo, a floresta Amazônia, toda a região do bioma amazônico.

Porém, a contribuição de Perroux encontra desafios diante da complexidade contemporânea, cujo vetor fundamental corresponde à redução do espaço tempo em razão das formas digitais de comunicação e também do aprimoramento dos sistemas de transportes. Neste cenário, a relação entre o regional e o global adquire dimensões desconhecidas em relação à experiência humana. A produção relacionada à satisfação das necessidades humanas adquire nuances mais complexas decorrentes da emergência de novas necessidades conectadas a globalização do consumo e das mercadorias criadas para atender a diversidade do mercado global.

Nesse contexto de transnacionalização, no pós-guerra Segunda Guerra Mundial, os espaços nacionais e regionais subordinaram-se ao interesse do capital financeiro global, composto por capitais voláteis que circulam em escala global e aportam em cada região conforme a possibilidade de maximização de lucro. No cenário atual restam alternativas escassas às políticas regionais, sintetizadas em duas: uma

passiva, que implica em aceitar essa lógica na condição de subordinação adotada, ou a outra, negativa, formada por ações locais de resistência ao capital global, em busca da conquista de certa autonomia em relação à integração econômica mundial. Infere-se, portanto, a necessidade de repensar o desenvolvimento econômico e as políticas dos modelos desenvolvimentistas.

O desenvolvimento econômico, seguindo os modelos de desenvolvimento propostos nas obras dos economistas clássicos, seria alcançado com a elevação da produção interna, como resultado das substituições de importação, e provocaria efeitos positivos na cadeia produtiva. Isso porque, quanto maior a produção interna, maior seria a renda interna gerada e, consequentemente, o consumo (HIRSCHMAN, 1961). Observa-se que esse efeito de encadeamento de consumo, produção e renda explica o crescimento das atividades e a formação de polos de crescimento industrial no Brasil durante o século XX.

Porém, é necessário questionar a identificação conceitual entre a expansão industrial e desenvolvimento econômico e social como realizado nas obras anteriormente descritas. A implantação de atividades industriais não assegura, isoladamente, a melhor distribuição da renda. O estudo do desenvolvimento regional, na década de 1960, assumiu a condição de tema privilegiado para a investigação com a disseminação da teoria dos polos de crescimento econômico, mas seu conteúdo foi negligenciado em favor da sua forma, e não das suas explicações em favor de técnicas e modelos, omitindo o embasamento teórico. Na história econômica, as informações quantitativas podem ser usadas como um instrumento para uma determinada finalidade, e não como o próprio fim (MOURA FILHO, 2008).

A criação dos modelos de desenvolvimento regional buscou separar o espaço geográfico natural do espaço econômico, criando um espaço discriminatório para poucos. Em escala global, foram criados dois circuitos: o dos países desenvolvidos e os dos subdesenvolvidos. As teorias dos polos de crescimento levam em consideração apenas os circuitos dos países desenvolvidos, capazes de estimular o crescimento, provocando desigualdades regionais - as regiões mais ricas tendem a atrair mais investimentos, enquanto as regiões mais pobres perdem investimentos (MYRDAL, 1965). Essa acepção predomina nas abordagens econômicas acerca do desenvolvimento econômico regional e compromete a inclusão de variáveis não econômicas que podem potencializa-lo.

Nos países em desenvolvimento a formação de regiões com maior capacidade de atrair recursos econômicos produz significativos desequilíbrios inter-regionais. O crescimento estimulado por empresas multinacionais não resulta na eliminação da pobreza. A solução passa por encontrar uma estrutura de produção que incorpore os ganhos da inovação do circuito dos países desenvolvidos aliados aos setores não modernos, para que se possam distribuir os recursos de forma mais equitativa. O problema não é o crescimento da oferta de bens com a inovação acelerada do pós Segunda Guerra Mundial, mas a distribuição espacial e individual da riqueza gerada durante esse processo. O que move os investimentos privados é a possibilidade de maior lucro, e isso é maximizado quando os investimentos estão concentrados nas áreas mais dinâmicas, cabendo ao Estado, enfraquecido nos países em desenvolvimento, promover as políticas de desenvolvimento.

Uma análise da discussão do desenvolvimento econômico regional passa por uma discussão que se afasta da simples e restrita apresentação das séries históricas de crescimento econômico e de indicadores sociais. Não se pode reduzir a importância deles, mas é preciso pensar além, mediante a aplicação de uma análise qualitativa do desenvolvimento. Uma análise histórica mais ampla ultrapassa os modelos de desenvolvimento restritos a avaliação de índices econométricos. É necessária a articulação da análise do desenvolvimento em dois sentidos. Primeiro, com a rejeição da avaliação pautada apenas em indicadores econômicos. Segundo, com a constituição de uma história do desenvolvimento capaz de incorporar o tempo e o espaço como variáveis que ajudam a compreender a constituição histórica das diferentes concepções sobre o que é e como alcançar o desenvolvimento (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

A teoria econômica contemporânea, que ampara as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento econômico, está centrada no utilitarismo que impele os indivíduos a buscar a maximização de suas necessidades com o mínimo de esforço. Essa estrutura econômica promove o crescimento, mas dificulta as ações de desenvolvimento. É necessário discutir a racionalidade econômica clássica, pois as escolhas dos indivíduos não estão condicionadas apenas à procura da maximização dos rendimentos, mas também pelas circunstâncias individuais (por exemplo, idade, sexo, doenças, aptidões, etc.) e pelas disparidades no contexto social e natural (poluição, criminalidade local, saúde pública) (CARDOSO; RIBEIRO, 2002). A promoção do desenvolvimento econômico regional tem como condicionante relacionado à sua materialização a construção de novas referências

legitimadoras da sua efetivação, distintas da simples acumulação de recursos financeiros. A avaliação dos indicadores de desenvolvimento econômico regional quanto à satisfação das necessidades básicas materiais e imateriais não pode ser baseada somente no rendimento dos indivíduos, mas em outras fontes, pois as condições materiais são importantes, mas não exclusivas. O bem-estar dos indivíduos não depende exclusivamente da posse de bens materiais, mas da acessibilidade aos meios que permitem o pleno desenvolvimento das potencialidades pessoais e também da coletividade.

Na esfera regional as teorias de desenvolvimento econômico enfocavam os investimentos e a tecnologia como fatores de crescimento e o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento objetivavam promover a atração de investimentos acompanhados de inserção tecnológica, para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade regional, negligenciando fatores internos, culturais e sociais que contribuem para a riqueza empresarial, mas, sobretudo, para a riqueza humana em um determinado território.

Na concepção da economia clássica, os agentes econômicos, empresas, estados e indivíduos baseiam suas decisões econômicas apenas nos benefícios materiais. Contudo, há outros interesses que direcionam as ações relacionadas ao alcance do desenvolvimento e a própria concepção sobre qual forma de desenvolvimento é desejável e que estão articuladas a fatores como os valores sociais, culturais e psicológicos. Assim, o desenvolvimento dependerá, não somente dos agregados econômicos, mas também de condicionantes culturais e sociais.

Diante do exposto, constata-se a necessidade de políticas de desenvolvimento, que superem as questões econômicas, tendo como ponto de sustentação o social e o político dos atores locais. Em um mundo global de intensas relações econômicas, com muitos modelos de desenvolvimento feitos a partir de uma infinidade de variáveis econômicas quantificadas e analisadas, a política de desenvolvimento regional deve ser repensada. Assim, pode ser reclassificada em quatro categorias: as realizações, a cultura de valores, a dimensão relacional e as motivações intrínsecas (CARDOSO; RIBEIRO, 2002).

Em relação à categoria das realizações, observa-se que significam aquilo que os agentes econômicos podem usufruir a partir de suas posses. Também importante é sua geração e o modo como são utilizadas, de acordo com as necessidades. No caso do desenvolvimento regional, as decisões individuais são articuladas ao contexto social

local. A disponibilidade de recursos financeiros e bens materiais é importante para o desenvolvimento econômico, mas uma melhor distribuição dos recursos consegue harmonizar o desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida. Voltando à definição de Vaz (2005), de produtividade social, tão importante quanto a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços, feita por uma determinada comunidade num certo período, é também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e o modo como são distribuídos. A riqueza pode não ser a chave da felicidade, pois os indivíduos não são mais felizes ou menos felizes por conta da quantidade de bens que possuem; mas a oferta de bens materiais aumentará as possibilidades de escolhas, e isso é consequência do crescimento econômico (LEWIS, 1960).

O desenvolvimento econômico regional inclui fatores relacionados ao campo da cultura. Nas últimas décadas, a historiografia assistiu a um claro crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada pelas dimensões da economia e da vida material (BARROS, 2008). Os elementos relacionados ao desenvolvimento econômico endógeno correlacionam-se às dinâmicas locais experimentadas ao longo do tempo. A cultura local é definida em âmbito institucional e social e caracteriza-se por contribuir para o desenvolvimento regional de forma única em cada região.

A dimensão racional e institucional define o papel do homem na explicação do desenvolvimento regional e das instituições. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade, além das questões econômicas, como a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade, a prestação de serviços comunitários com normas fruto das relações institucionais. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de uma capital social, resultante do clima de confiança estabelecido pelos membros de uma comunidade.

As motivações sociais e ambientais contribuem para o desenvolvimento e nem sempre são guiadas pelo interesse econômico de maximização de lucro, mesmo que esta seja quase uma regra geral no sistema capitalista, a relação do homem com o meio físico e social em que vive contribuiu para a melhoria na qualidade de vida. As relações e comportamentos econômicos nas diversas sociedades não podem ser analisados, apenas, nos aspectos econômicos movidos pela lucratividade na lógica capitalista. Kula (1970) cita o exemplo dos agricultores poloneses do século XIX que tinham um comportamento

contrário ao que pregava a teoria clássica de mercado: quando aumentavam os preços agrícolas, eles produziam uma menor quantidade e, quando os preços se reduziam, eles produziam mais.

Há necessidade da inclusão de novas variáveis na busca qualitativa do desenvolvimento que ultrapassem a barreira econômica. A política de desenvolvimento regional deve ser repensada e reclassificada em outras categorias, como as realizações feitas com os recursos disponíveis na busca da produtividade social, no estabelecimento de valores conforme a cultura local, nas relações sociais entre os indivíduos da região e, principalmente, na busca dos valores além dos econômicos.

Conclusão

O conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente que o conceito de crescimento econômico. Enquanto o último demonstra uma variação na taxa de crescimento do PIB, o primeiro representa a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos. O desafio é duplo: definir o que significa essa melhoria e quais critérios para avaliá-la. No debate entre economistas e historiadores, os primeiros, em sua maioria, defensores da economia clássica, quantificam o desenvolvimento como a capacidade de produção de bens e serviços de uma determinada sociedade. Por sua vez, os historiadores estão mais preocupados com o processo como um todo, considerando, além do econômico, também o cultural, social e psicológico dos indivíduos.

Não há dúvida de que a análise do processo de desenvolvimento precisa ultrapassar as barreiras dos aspectos econômicos, o que faz surgir um novo problema: como medir esse desenvolvimento. Essa aferição, para ser feita, precisa considerar fatores específicos de cada sociedade, conforme valores culturais, sociais e psicológicos, pois as necessidades humanas são tão diversificadas quanto às diferenças regionais. O valor atribuído aos bens materiais e imateriais é relativo à matriz cultural, histórica e cultural de cada região. Nessa medição, podem ser usadas informações quantitativas, não como um fim em si, mas como instrumento auxiliar no processo de análise. A opção é usar as séries históricas como complemento de análise. Além de combinar esses recursos com a avaliação de outras variáveis.

Há necessidade da inclusão de novas variáveis na busca qualitativa que ultrapasse a barreira econômica. A política de desenvolvimento regional deve ser repensada e reclassificada em outras categorias, como as realizações feitas com os recursos disponíveis na busca da produtividade social, no estabelecimento de

valores conforme a cultura local, nas relações sociais entre os indivíduos da região e o ambiente no qual está inserido buscando valores que contribuam para a melhora na qualidade de vida, além dos valores econômicos.

Destaca-se que a economia é uma ciência humana e não é através da aplicação de modelos econométricos que o desenvolvimento econômico regional será alcançado, mas, com ações que favoreçam as políticas endógenas. Infelizmente o que tem corrido nas últimas décadas foi o aumento da exploração das regiões pobres pelas mais ricas, por ineficiência das políticas públicas, com uma ação cada vez mais limitada do Estado, em relação aos grandes conglomerados econômicos internacionais, que não estão preocupados com os problemas sociais, pois o mundo econômico é cada vez mais global e os problemas sociais continuam locais. Repensar as questões conceituais do desenvolvimento econômico permite reflexões sobre a busca de um novo modelo de desenvolvimento que associe o crescimento da produção com a melhora na distribuição e utilização dos bens e serviços em um ritmo que contribua para a melhor qualidade de vida.

Referências

BARROS, José D' A. **História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar**. Revista de Economia Política e História Econômica, nº 11, janeiro de 2008, pp. 6-51.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro**. São Paulo: Contraponto, 1988.

CARDOSO, T. & RIBEIRO, J. C. **Economia para o Homem e Desenvolvimento Regional: Contribuição para uma Política Regional Alternativa**. In: Propostas regionais aos Desafios Globais. Vol. 2. (org. Becker, D.F. & Bandeira, P.S). Udunisc: Florianópolis, 2002. pp. 69-89.

CUNHA, A., SIMÕES R. & PAULA, J. A. – **Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico – metodológico**. VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas: Conservatória (RJ), 2005.

ERBER, Fábio S. **As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Paz e Terra: São Paulo, 1961.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Paz e Terra: São Paulo, 1967.

GUDIN, Eugênio. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. (The strategy of economic development, 1958). Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1961.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Editora Fundo de Cultura S.A.: Rio de Janeiro, 1962. p. 19.

KULA, Witold. **Theorie économique du système féodal**. Paris: Editora Mouton, 1970

KUZNETS, S. **Aspectos Cuantitativos del Desarrollo Económico**. CEMLA. México, 1959.

LEWIS, W. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

MARKUSEN, Ann R. **Região e Regionalismo: um enfoque marxista**. São Paulo. In revista Espaço e Debate. ano, 1 n° 2, 1981. p. 61-99.

MARX, Karl. **O Capital**. A elaboração do manuscrito foi concluída em 1867, Publicação e tradução editora Hucitec: São Paulo, 1986.

MOURA FILHO, Heitor Pinto. "O Uso das Informações Quantitativas em História". Locus – **Revista de História**. UFJF. Juiz de Fora. v.14 n°1. jan-jun. 2008. p 42-89.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas** – (texto original: Economic Theory and Underdeveloped Regions, 1957). Editora Saga: Rio de Janeiro, 1965.

PERROUX, François. **O Conceito de Polo de Desenvolvimento**. In. Urbanização e Regionalização: relações com desenvolvimento econômico (org Faissol, Speridião). Rio de Janeiro: IBGE, 1975. pp. 97-110.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Revista de Economía Política, n° 17: São Paulo, 1957.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Moacir José dos & CARNIELLO, Monica Franchi. **Por uma história do desenvolvimento**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 7, n 3 (7). 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

SIMONSEN, Mario H. e CAMPOS, Roberto de O. **A Nova Economia Brasileira**. Editora Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1975.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

VAZ, José Pascoal. **Desigualdade Social e Produtividade Social no Brasil de 1960 -2000**. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

VIEIRA, Edson. Trajano. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado em História Econômica. USP, 2009.

VILAR, Pierre. **Crecimiento e Desarrollo**. Barcelona: Editora Ariel, 1972.